

GEOGRAFIAS DECOLONIAIS DO FOGO: um debate necessário

Nádia Malena Moda¹

Klemens Laschefski²

RESUMO

O fogo está presente no nosso cotidiano de forma tão enraizada que pouco nos atemos da sua importância ou de quão dependentes somos dele. É um elemento presente no Sistema Terra há 420 milhões de anos e influencia e molda ecossistemas, paisagens e biomas; há 2,5 milhões de anos, uma nova fonte de ignição foi adicionada à sua natureza: os seres humanos. Desde então, tem sido amplamente utilizado para diversas finalidades, sendo as mais comuns associadas aos manejos de paisagens e agricultura, bem como está presente na composição cultural e simbólica dos povos. Durante os processos de colonização e atrelado ao mito da natureza intocada, o fogo e seus usuários foram amplamente criminalizados, gerando desequilíbrios culturais e ecológicos. Pouco estudado dessa forma na Geografia, o presente trabalho se propõe a contextualizar o fogo e seus usos; sua proibição e os conflitos e desequilíbrios decorrentes do processo de colonização da natureza.

Palavras-chave: manejos do fogo; geografia decolonial; políticas ambientais.

RESUMEN

El fuego está presente en nuestra vida diaria de una manera tan arraigada que apenas nos damos cuenta de su importancia o de lo dependientes que somos de él. Es un elemento presente en el Sistema Tierra desde hace 420 millones de años, influye y da forma a los ecosistemas, paisajes y biomas; Hace 2,5 millones de años se añadió a su naturaleza una nueva fuente de ignición: el hombre. Desde entonces, ha sido muy utilizado con diversos fines, siendo los más comunes los asociados a la gestión del paisaje y la agricultura, además de estar presente en la composición cultural y simbólica de los pueblos. Durante los procesos de colonización y vinculado al mito de la naturaleza intacta, el fuego y sus usuarios fueron ampliamente criminalizados, generando desequilibrios culturales y ecológicos. Poco estudiado de esta manera en Geografía, este trabajo pretende contextualizar el fuego y sus usos; su prohibición y los conflictos y desequilibrios derivados del proceso de colonización de la naturaleza.

Palabras clave: manejo de incendios; geografia descolonial; políticas ambientales.

¹ Mestranda em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, nmalenam@gmail.com

² Coautor, orientador da pesquisa da autora, professor na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, klemens.laschefski@gmail.com

INTRODUÇÃO

O fogo está presente no nosso cotidiano de forma tão enraizada que pouco nos atemos da sua importância ou de quão dependentes somos dele. Ele ampara cosmologias diversas que lhe atribuem significações tão diversas quanto os povos que as sustentam; também possui significado atrelado à renovação e transformação. No íntimo dos indivíduos, alimenta sentimentos vastos entre os extremos das paixões e ódios; mas também é fonte de cura no acender de uma vela quando uma prece é necessária; convida para contemplação e aqueles que se encantam à sua hipnose se reúnem ao redor de uma fogueira numa noite fria. Além disso, está presente nas cantigas, contos, poemas, filmes, pinturas, desenhos e diversos outros tipos de representação do vivido.

Ao longo da sua existência enquanto elemento terrestre, ele moldou paisagens, ecossistemas, e nossos antepassados hominídeos aprenderam a usá-lo, e depois passaram a não mais depender da natureza para adquirir o fogo. Com o fogo evoluímos e ele nos permitiu andar o mundo, manejar e alterar paisagens, nos aquecer, cozinhar alimentos, cultivar plantas e criar animais.

Na ciência geográfica ele ainda é pouco estudado enquanto tecnologia de produção do espaço, assim o objetivo deste trabalho é introduzir a discussão na Geografia, contextualizar o fogo em suas diversas perspectivas, bem como os conflitos em torno de seus usos, algumas políticas ambientais e filosofias de gestão da natureza. O presente trabalho faz parte da pesquisa de mestrado da autora, que se encontra em andamento, compondo o primeiro capítulo da dissertação, de caráter teórico.

A pesquisa se ancora a partir de uma perspectiva decolonial que tomou forma a partir de uma disciplina da pós-graduação (“Outras Filosofias da Imagem”, pelo programa de pós-graduação em Comunicação Social da FAFICH/UFMG), então a revisão bibliográfica partiu dos textos postos em aulas, complementados com buscas por meio de palavras-chave em plataformas de busca acadêmica, como Scielo e Google Acadêmico, nas bibliotecas do campus universitário, e em acervo pessoal construído durante a vivência da autora enquanto brigadista. Os filmes foram assistidos e indicados pelos professores para a elaboração do trabalho final da disciplina em questão.

AS GEOGRAFIAS DO FOGO

O fogo é um elemento dinâmico, intenso, complexo e paradoxal. É um distúrbio - ou fenômeno - que acontece naturalmente desde o final do período Siluriano, mais ou menos há 420 milhões de anos, quando o oxigênio passou a compor a atmosfera graças à vida marinha, e as primeiras plantas vasculares apareceram na superfície terrestre (SCOTT & GLASSPOOL, 2006). O combustível (vegetação) e o comburente (O₂), em condições propícias, permitiram que raios e erupções vulcânicas, com o seu calor abundante, se transformassem em fontes de ignição para queimadas naturais (PYNE, 2009). E, à medida que a vegetação se estabeleceu e as primeiras florestas se formaram, os eventos de fogo se tornaram mais frequentes, se incorporando aos processos ecossistêmicos e contribuindo para selecionar espécies e moldar biomas, como a dispersão das savanas no período Cenozóico (SCOTT & GLASSPOOL, 2006; BOWMAN et al, 2011).

Uma possível cartografia contemporânea a se fazer do mundo é a partir da resposta da vegetação ao fogo, e com Myers (2006, p. 3-6) temos ambientes **1.** sensíveis ao fogo: não evoluíram com o fogo e as espécies não possuem adaptações para se recuperarem após a passagem de fogo, mas podem ser inflamáveis se as condições meteorológicas forem favoráveis, como florestas latifoliadas tropicais (como a Amazônia) e subtropicais, e florestas de coníferas de clima temperado; **2.** independentes do fogo: frios, secos ou molhados demais para queimar, não evoluíram na presença do fogo, o fogo tem papel irrelevante ou desnecessário, como tundras, desertos ou florestas tropicais que não possuem estação definida; **3.** influenciados pelo fogo: localizados em zonas de transição, normalmente ecossistemas sensíveis mas que possuem espécies com resposta adaptativa ao fogo; são muito suscetíveis à transformação da paisagem pelo uso do fogo e exercem desafios nas questões de manejo porque o fogo pode ter um papel muito sutil; e **4.** dependentes do fogo: mais ou menos metade da área terrestre do mundo evoluiu na presença de fogo e a vegetação possui mecanismos de resposta positiva ao fogo, ou seja, o fogo é totalmente necessário para a manutenção das paisagens, como savanas, campos, florestas tropicais e temperadas. A respeito dos mecanismos de resposta positiva, existe uma espécie do estrato rasteiro das savanas da América do Sul que floresce somente e imediatamente após ser queimada, que possui nome popular de “cabelo de índio” (*Bulbostylis paradoxa*) (MYERS, 2006, p. 5).

Ou seja, o tipo de vegetação, a fonte de ignição e os demais fatores abióticos - relevo, a temperatura, direção e velocidade de ventos e umidade - controlam e guiam o fogo pelo mundo, sendo o regime hídrico um dos sujeitos que mais influencia e determina como e onde o fogo vai queimar. Cada ambiente, mesmo os que são dependentes do fogo, possui um regime de fogo característico, e novamente com Myers (2006) temos regime de fogo definido a partir da combinação de variáveis de frequência, comportamento do fogo, época de queima e extensão de área queimada (MYERS, 2006, p. 8).

Assim, a geografia do fogo, segundo Pyne (2009, p. 444), “depende da capacidade das paisagens de transportar as chamas”, sendo que os organismos se adaptam não ao “fogo” em si, mas aos seus padrões, ou seja, ao regime de fogo. “Um regime de fogo é um composto estatístico como o clima. E assim como o clima pode ter muitos tipos de chuvas e tempestades, uma paisagem pode sofrer muitos tipos de queimas. No final eles se somam de maneiras diferentes” (PYNE, 2009, p. 444).

Dessa forma, o fogo dança conforme o crescimento das plantas, que obedece o ritmo de seca e chuva (PYNE, 2009), mas também do próprio fogo, compondo um mosaico de diferentes queimas em diferentes épocas e em frequências variáveis, sendo este um conceito conhecido como pirodiversidade (MARTIN & SAPSIS, 1992; BOWMAN *et al.* 2016).

Algumas regiões do globo são mais inflamáveis que outras, convivem com o fogo há mais tempo, e com Myers (2006) vemos que

a África tem sido freqüentemente denominada o “continente do fogo” (Komarek, 1971) principalmente porque grande parte da África Subsaariana foi outrora uma vasta paisagem de savanas tropicais e subtropicais propensas ao fogo, coberta por matas e savanas influenciadas pelo fogo, moldadas pela mais longa história do envolvimento humano com o fogo no mundo, com exceção apenas das florestas tropicais da África equatorial central e ocidental (MYERS, 2006, p. 4)

E, para a América do Sul, o referido autor escreve que “também pode ser considerada um continente de fogo”, pois se encontra na mesma faixa climática que a África, e que possui ambientes inflamáveis como o Cerrado (que já ocupou 22% do Brasil), e outros tipos de paisagens repletas de gramíneas, como Gran Sabana e Llanos, na Venezuela, Bolívia, Peru e Paraguai (MYERS, 2006, p. 4)

Por mais que seja impossível datar com precisão quando os hominídeos começaram a usar o fogo, os registros mais antigos de manejo corriqueiro são de mais ou menos 600 mil anos. Não se sabe como, porque ou quais extensões de terra eram queimados, mas essa informação nos mostra que a relação homem-fogo-paisagens é mais antiga do que imaginamos (BOWMAN, 2011). Nas palavras de Bachelard (1938), “a fogueira é uma companheira da evolução” (p. 29).

Acredita-se que o estabelecimento do *homo erectus* e seus ancestrais estava relacionado com os alimentos cozidos, e para isso usavam o fogo; o ato de cozinhar, além de levar à evolução de cérebros maiores e dentes menores, também influenciou outros comportamentos humanos de caráter sociocultural. Os autores escrevem que “esses primeiros hominídeos se espalharam pelo continente africano distribuindo sua tecnologia de fogo; mas na verdade foi o fogo que promoveu a dispersão dos seres humanos, permitindo-lhes colonizar ambientes mais frios e protegendo-os de predadores” (PAUSAS & KEELEY, 2009, p. 597, tradução nossa).

O fogo é usado para diversas finalidades como para caçar, praticar agricultura, fazer limpeza de ambientes, para estímulo de rebrota da vegetação, abertura de áreas para pouso, manejo e controle da vegetação a fim de conservar ambientes e proteger matas, entre outros. Mas esse fogo, que pode ser usado de forma a ajudar a vida cotidiana de muitos povos, apropriando e manejando espaços, de modo a permitir sua permanência, aquecimento e alimento, também pode ser destrutivo, aliado de muitos processos de expansão de linhas de desmatamento para plantação de gado e exportação de nossos recursos. O fogo, quando mal (e mau) usado, pode contribuir para desastres ambientais e ser estopim de conflitos socioculturais. Pyne (2009, p. 446) diz que o surto recente de megaincêndios é resultado dos usos da terra, das mudanças de políticas institucionais de manejo do fogo e mudanças climáticas. Nós afetamos os regimes de fogo por milênios, e o fogo responde ao que fazemos com o espaço, então “[...] mudanças na estrutura da sociedade, significa uma mudança nos regimes de fogo” (PAUSAS & KEELEY, 2009, p. 598).

Por ser um tema complexo e paradoxal, é comum que caiamos no discurso e na busca de um regime de fogo natural, onde é idealizado um passado sem humanos e apenas com ignições naturais, mas justamente pela nossa relação com o fogo ser muito antiga e estar muito interligada, esse debate é impossível e inútil (BOWMAN, 2011).

Essa busca por um fogo natural possui amparo numa visão idílica da natureza, que Diegues (2001) veio a chamar de “O mito moderno da natureza intocada”. Oliveira (1999) escreve a respeito da criação das unidades de conservação e o que está por trás desses territórios, e segundo a autora, possui raízes Babilônicas e Mesopotâmicas, quando as primeiras áreas protegidas foram criadas em decorrência da diminuição e escassez de animais para caça. No ocidente, a delimitação de tais áreas é mais recente e data da Idade Média, quando os parques foram criados para apreciação estética e para satisfazer caprichos da realeza. Nos Estados Unidos, a criação do primeiro parque nacional se deu em 1872 aproximadamente, a partir de uma visão cristã da natureza, concebida de forma idílica, e que

preve paraíso intocados na Terra, onde a única interação humana permitida é a contemplação.

Tal modelo foi importado por diversos países, incluindo o Brasil.

A criação destas unidades de conservação carregam como consequência conflitos socioambientais e culturais, porque tais territórios são geridos a partir de uma filosofia distinta dos povos que ali vivem, sendo que em muitos casos, dependendo do tipo de unidade de conservação, toda e qualquer intervenção humana é considerada prejudicial e degradante, incluindo o fogo. Dessa forma, muitos povos originários e tradicionais foram destituídos de seus territórios, e a criminalização dos usos do fogo se tornou política pública com o paradigma do “Fogo Zero” .

A importação de um modelo de gestão de natureza se ampara nos pilares do pensamento colonialista, que

se constrói numa dupla configuração territorial: uma interna aos estados territoriais nascentes, na medida que o outro, interno, é qualificado como provinciano, regional ou que sequer fala uma língua tendo, no máximo, um dialeto; e outra externa na medida que a constituição da unidade territorial interna se dá seja pela expulsão do outros para serem chamados, pelos europeus, por um nome geral– indígena ou aborígene que os unifica a todos. É ali, todavia, que o europeu se descobre branco para se distinguir do índio e, depois, se descobre europeu se distinguindo da América, inaugurando o chamado novo mundo (...)” (Porto-Gonçalves, 2002, p. 218)

O paradigma do “Fogo Zero” norteou, no Brasil, até 2012, nossa relação com o fogo e com seus usuários. Essa filosofia interpretou de forma equivocada o papel do fogo no equilíbrio dos ecossistemas, e a supressão e exclusão total do fogo era o único manejo possível. O fogo e seus usuários foram, então, combatidos. Tal visão acarretou a perda de conhecimentos tradicionais, conflitos socioambientais entre povos e gestores, e desequilíbrios ecossistêmicos atrelados à ocorrência de grandes eventos de incêndios, e a perda da biodiversidade pela exclusão do fogo (DIEGUES, 2001; BOND & ARCHIBALD 2003; BARRADAS, 2017). De acordo com Laschefski *et al* (2012), “é diante dos diferentes significados atribuídos a uma mesma base material que surgem os conflitos socioambientais” (p. 407). Assim, onde um novo território foi imposto, novos conflitos foram criados e muitos novos focos de incêndio foram acesos (FALLEIRO *et al.*, 2020).

Mistry *et al.* (2005), escreve a respeito do manejo do fogo pelos Krahô, no Tocantins. Os Krahô têm o fogo como uma parte inerente à vida, e seus usos convergem com os usos citados anteriormente. No território dos Krahô, os autores relataram que os mais jovens possuem visões distintas acerca do fogo em relação às gerações anteriores, e que essa mudança foi provocada pela convivência com os não-indígenas.

Bilbao *et al* (2006) observou o mesmo processo conflituoso no Parque Nacional Canaíma, na Venezuela, que sobrepõe terras onde vivem o povo Pemón, que usam suas

savanas causam o fogo em suas práticas de manejo das paisagens. Lá, as mudanças em relação ao fogo estão associadas com a chegada de grupos religiosos missionários em 1930, que alterou os padrões culturais do povo Pemón, provocando, inclusive, uma maior sedentarização do povo.

Barradas, além de ter dissertado um trabalho riquíssimo sobre resolução de conflitos entre gestores e comunidades quilombolas na ESEC Serra Geral do Tocantins (2017), também escreveu sobre a relação entre as leis de segregação racial nos Estados Unidos, Austrália e África do Sul. Neste último caso, foi defendido em discurso de Nelson Mandela que a conservação de parques sul-africanos “deve ser garantida por meio do apoio da maioria da população negra do país” (2020, p. 81).

Além da literatura científica, alguns filmes trazem a temática e contribuem com a discussão, como “Serras da Desordem” (Andrea Tonacci, 2006, 135’) e “When the dogs talked” (Karrabing Film Collective, 2014, 33’55”). No filme “Serras da Desordem” é retratada a história de um homem, Karapiru o seu nome, que sobreviveu a um massacre cometido por fazendeiros, ficou 10 anos em isolamento solitário na floresta, foi encontrado, levado para a cidade, e depois foi levado de volta para um grupo parente.

Próximo do final do filme, quando Karapiru retornou à floresta, há um diálogo entre duas pessoas que trabalham com os indígenas, e temos a reflexão de um indigenista (que não consegui saber o nome do homem) e um outro senhor, o Moreira, que possui também a função de intérprete/tradutor entre o português e o idioma dos Awá Guajá:

_ Quando aquela criança que carregava aquele fogo, junto com aquele grupo... eu ansioso para que a caminhada desenvolvesse, pedi a você que falasse com aquele grupo para que apagassem aquele fogo. Demoraram um pouco para apagar aquele fogo, não compreendi nada naquele momento, o que motivava era a caminhada, meu objetivo era chegar logo, se demorasse mais tempo corria alguns riscos, comida acabaria, os índios adoeceriam. Mas a noite que eu consegui dimensionar o tamanho daquele ato que a gente provocou. Acho que na hora nem você também foi capaz de mensurar aquela atitude. Quando você acende um isqueiro você provoca um espanto tão grande e acho que nesse momento também você torna algo dele tão desvalorizado com relação com o que a gente tem né, quando você consegue tirar fogo num instante, com um movimento de mão de uma caixinha mágica...

_ Da onde não vem aquele fogo, vinha aquele fogo né?

_ Quantos, sei lá, centenas de anos? podia ter tido né? porque como eram isolados né, era um fogo que...

_ Um vai passando pro outro né, vai ficando

_ E devia ter uma historinha aquele fogo, né, a gente rompeu aquela história, né. Quando ele apagou eu senti que aquele menino murchou. Quando você fala que ele veio e pediu um favor de passar o fogo ele murchou mais um pouquinho, na medida que você começa a mostrar que sua tecnologia é mais eficiente do que a que ele tem, também você começa a destruir valores morais, valores mitológicos, valores religiosos, porque tudo que aquela pessoa civilizada tem acaba sendo mais eficiente e tecnológico do que o do índio, e são coisas que servem pra gente refletir um pouco dessa história nossa dessa nossa vivência com os índios, quer dizer, isso foi uma coisa

que a gente fez, quantas outras coisas que fizemos ou deixamos de fazer que tiveram consequências pra eles né, na vida deles, na história deles (Serras da Desordem, 2006, 135')

Esse diálogo traz dimensões outras do manejo e do cuidado com o fogo. Mais do que ser um aspecto cultural, uma ferramenta ou técnica que permite a vida, faz parte da dimensão cosmológica da existência no mundo. Esse fogo provavelmente tinha mais de uma centena de anos, chegou a essa idade porque foi passado de um pro outro, dentro do grupo e através das gerações, a missão de cuidar e manter a chama acesa. Apagar esse fogo foi apagar um pouco as pessoas que cuidavam dele, como o homem disse no filme, “o menino *murchou*”.

Outro ponto relevante deste diálogo é o choque das tecnologias que, por sua vez, escancaram o choque cultural. Fazer fogo num isqueiro, a qualquer momento, num toque de mão, quebra a dimensão do cuidado, da necessidade de ter todos os membros do grupo empenhados em manter o fogo vivo.

Karapiru, quando retorna à floresta, a primeira coisa que ele procura fazer é um fogo. Entregam um tição de fogo pra ele. O filme termina da mesma forma que começou, mostrando a intimidade entre o indígena, a floresta e o fogo, numa relação simbiótica que se retroalimenta.

Entretanto, a vida dele nunca mais foi a mesma longe de seu grupo, pois disse que morreu um pouco. Deixou de cantar, esqueceu nomes das coisas, e, mesmo depois de voltar a viver em grupo (que não era o seu grupo de origem, sua família), constantemente fugia e passava dias isolado na mata. Depois de diversas pequenas mortes que sofreu ao longo de sua vida, morreu em decorrência da COVID-19 em 2020, sozinho em um hospital (MORI, 2021).

Sobre o segundo filme, é pertinente que falemos um pouco de quem o produziu. O Karrabing Film Collective é um coletivo de cinema composto por pessoas originárias da Austrália, que decidiram fazer, sob seu ponto de vista, registros sobre suas vidas, territórios e histórias, para compor seus próprios filmes, contando e mostrando imagens que contemplem sua cosmologia, criando uma rede artística que conta com 50 membros de todas as idades, com o objetivo de difundir arte e integrar seu próprio povo.

No filme em questão, o fogo aparece ligado ao animal totêmico de um de seus territórios, o cachorro australiano (dingo). A história conta que o cachorro, antes de ser cachorro, era um homem que se transformou em cachorro durante o processo de tentar fazer fogo. Contam que ele foi fazer o fogo esfregando gravetos a fim de cozinhar, mas que ele não conseguiu porque estava chovendo. Ele pegou dois gravetos e os esfregou para fazer fogo, mas o que aconteceu foi abrir vários buracos no seu território de origem. E, quando os

buracos se abriram, suas mãos se transformaram em patas e ele virou um dingó (cachorro selvagem australiano).

São esses buracos que o grupo sai a procura caminhando pelos territórios. Em certo momento da caminhada/busca, se deparam com uma cerca de arame farpado e a atravessam, mas dizendo que possivelmente irão encontrar problemas ao fazer isso - um dos motivos é porque queimaram aquela área. Um dos homens argumenta que é o direito deles de estarem ali, principalmente ele, porque é o território de sua esposa, mas novamente diz que irão se deparar com problemas porque eles queimaram aquela grama, e que “eles” (os outros) talvez venham com aviões, mas que mesmo assim precisam atravessar, precisam caminhar. Assim que ultrapassam a cerca, começa um barulho de avião, e logo em seguida ele cruza o espaço aéreo por cima deles. Quando escutam o barulho, todos se escondem embaixo de troncos de árvore e arbustos para que não sejam vistos. Um dos homens do grupo diz que não quer se esconder mais.

O filme nos mostra o fogo atrelado ao nascimento de um animal totêmico, bem como o espalhamento de geossímbolos (os buracos) pelo território. Além do caráter cosmológico do fogo, que compõe o arcabouço de símbolos culturais, existe também o uso do fogo enquanto tecnologia, ou seja, do fogo enquanto parte do arcabouço de técnicas - “conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 1996, p. 29) - utilizadas para manutenção da vida, porque

quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo (SANTOS, 1996, p. 235),

demonstrando o profundo conhecimento do território, lugares e paisagens; e do comportamento do próprio fogo. As cercas e o receio de caminhar livremente por lugares anteriormente ocupados e manejado por eles é fruto da colonialidade nos territórios aborígenes e a não compreensão de todas as esferas do fogo para aquele povo.

Após décadas de desgaste e prejuízos em diversas esferas da vida, gradualmente o paradigma do “Fogo Zero” foi substituído pelo “Manejo Integrado do Fogo”, conceituado por Myers (2006), que prevê, principalmente, a necessidade da retomada dos conhecimentos tradicionais, outrora negados e criminalizados, para a resolução de desequilíbrios ecossistêmicos e conflitos socioambientais.

Em seu trabalho de mestrado, Barradas (2017), então gestora da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins (ESEC-SGT/ICMBio) - localizada na região do Jalapão, ambiente de Cerrado - onde coexiste com outras unidades de conservação e territórios quilombolas,

dissertou sobre a gestão de conflitos acerca dos usos do fogo entre a visão institucional e a necessidade daqueles que ali viviam antes da Estação chegar. O início da resolução dos conflitos se deu no contexto da mudança de paradigma institucional sobre o fogo, a partir da adoção da política do Manejo Integrado do Fogo (MIF), cujo termo proposto por Barradas (2020) é “Manejo Intercultural do Fogo”, que prevê, entre outras bases, a retomada e consideração dos conhecimentos tradicionais do fogo para gestão de áreas e paisagens, ou seja, os fatores socioculturais. As outras bases do MIF são a Ecologia (pesquisa, monitoramento) e o Manejo (ações de prevenção, com as queimas prescritas e aceiros, e combate aos incêndios) (MYERS, 2006; BARRADAS, 2017).

Após a adoção do MIF (enquanto projeto piloto, em 2012), a gestão passou a realizar ações junto às comunidades quilombolas e manejo das paisagens com o fogo, as chamadas queimas prescritas, e Barradas (2017) escreve que, ao longo do tempo, um mosaico de diversos tipos e épocas de queimadas foi se formando, e, a partir da quebra da descontinuidade de combustível, a ocorrência e área queimada em eventos de incêndio diminuiu. Além de resolver um problema de caráter ecológico que assombrava a gestão, os conflitos socioculturais também foram resolvidos. A autora frisa que a pesquisa, o monitoramento e a adaptação também foram (e são) cruciais no processo. Outras unidades de conservação implementaram o MIF concomitante com a ESEC-SGT (SCHMIDT *et al.*, 2018), também em áreas de Cerrado, como o Parque Nacional da Chapada das Mesas (MA) e, um pouco mais tarde, em 2017, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO).

PALAVRAS FINAIS

A partir do que foi exposto até aqui, vemos que existe um padrão colonial que é comum aos ambientes inflamáveis que foram lidos de forma equivocada a partir de referenciais externos, que se desdobrou em proibições e criminalizações de seus usos e de quem o usa. Em outras palavras, a destituição de povos de seus territórios e proibição de práticas ancestrais fundamentais para a manutenção da existência de diversos grupos ao redor mundo.

Apesar de estarmos em movimento para reparação de violências históricas e contemporâneas, o caminho a percorrer ainda é longo. Nos territórios e unidades de conservação que tiveram os conhecimentos tradicionais incorporados, houve drástica redução na ocorrência de incêndios, promoção de biodiversidade, e gestores e povos puderam, em certa medida, conviver de forma menos tensa e conflituosa (BARRADAS, 2017).

Entretanto, mais uma vez, os conhecimentos de povos tradicionais e originários foram concebidos com outra roupagem, remodelados para caber nas concepções institucionais que gerem nossas áreas protegidas - epistemicídio? Em algum momento o fogo será devolvido inteiramente aos seus povos?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E MATERIAL CONSULTADO

BACHELARD, G. **A psicanálise do fogo**. Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BARRADAS, A. C. S. **A gestão do fogo na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade em Unidades de Conservação) Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BARRADAS *et al.* Paradigmas da Gestão do Fogo em Áreas Protegidas no Mundo e o caso da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins. *In: Biodiversidade Brasileira*, v. 10, n. 2, p. 71-86, 2020.

BESSE, J. M. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BILBAO *et al.*. Indigenous use of fire and forest loss in Canaima National Park, Venezuela. Assessment of and tools for alternative strategies of fire management in Pemón indigenous lands. *In: Human Ecology*, v. 38, n. 5, p. 663-673, 2010.

BOND, W. J., & ARCHIBALD, S. Confronting complexity: fire policy choices in South African savanna parks. *In: International Journal of Wildland Fire*, v. 12, n. 4, p. 381-389, 2003.


BORGES *et al.* Manejo do Fogo em Veredas: Novas perspectivas a partir dos sistemas agrícolas tradicionais no Jalapão. *In: Ambiente & Sociedade*, n. 19, p. 269-294, 2016.

BOWMAN *et al.* Fire in the earth system. *In: Science*, n. 324, p. 481-484, 2009.

BOWMAN *et al.* The human dimension of fire regimes on Earth. *In: Journal of Biogeography*. v. 38, n. 12, p. 2223-2236, 2011.

BOWMAN *et al.* Pyrodiversity is the coupling of biodiversity and fire regimes in food webs. *In: Phil. Trans. R. Soc. B*, v. 371, n. 1696, 20150169, 2016.

CAMPA, V. P. Las dos caras del fuego: Invitando a reflexionar sobre la “cara buena” y la “cara mala” del fuego. Informe Técnico del Equipo Global para el Manejo del Fuego. *In: The Nature Conservancy*, 2008.



DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3a ed. – São Paulo: Hucitec, 2001.

DURIGAN, G. RATTER, J. A. The need for a consistent fire policy for Cerrado conservation. *In: Journal of Applied Ecology*, v. 53, p. 11–15, 2016.

FALLEIRO *et al.* Histórico, Avaliação, Oportunidades e Desafios do Manejo Integrado do Fogo nas Terras Indígenas Brasileiras. *In: Biodiversidade Brasileira*, v. 11, n. 2, p. 75-98, 2020.

LASCHEFSKI, K. A.; DUTRA, C.; DOULA, S. M. A legislação ambiental como foco de conflitos: uma análise a partir das representações sociais da natureza dos pequenos agricultores em Minas Gerais, Brasil. *In: Soc. & Nat.*, ano 24, n. 3, p. 405-418, set/dez. 2012.

MARTIN, R. E., & SAPSIS, D. B. Fires as agents of biodiversity: pyrodiversity promotes biodiversity. *In: Proceedings of the conference on biodiversity of northwest California ecosystems*. Cooperative Extension, University of California, Berkeley, 1992.

MISTRY *et al.* Indigenous fire management in the cerrado of Brazil: the case of the Krahô of Tocantins. *In: Human ecology*, v. 33. n. 3, p. 365-386, 2005.

MYERS, R. L. Convivendo com o Fogo - Manutenção dos Ecossistemas e Subsistência com o Manejo Integrado do Fogo. *In: The Nature Conservancy*, 2006.

PAUSAS, J. G., & KEELEY, J. E. A burning story: the role of fire in the history of life. *In: BioScience*, v. 59, n. 7, p. 593-601, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. *In: La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SERRAS DA DESORDEM. Direção: Andrea Tonacci. Roteiro: Andrea Tonacci. Intérpretes: Karapiru, Sydney Possuelo. Brasil: Usina Digital, 2008. (135min), color. Disponível em: <

https://www.youtube.com/watch?v=VNMrboKyunw&ab_channel=Funda%C3%A7%C3%A3oNacionaldosPovosInd%C3%ADgenas%28oficial%29 >

PYNE, S. J. Pyromancy: Reading Stories in the Flames. *In: Conservation Biology*, v. 18, n. 4, p 874–877, 2004.

PYNE, S. J. The human geography of fire: a research agenda. *In: Progress in Human Geography*, v. 33, n. 4, p. 443–446, 2009.



XV
ENAN
PEGE

ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM GEC

WHEN THE DOGS TALKED. Direção: Karrabing Film Collective. Produção:
Karrabing Film Collective. Austrália: Karrabing Film Collective, 2014 (34min), color. Trailer
disponível em: < <https://karrabing.info/all-film-art-projects/when-the-dogs-talked>